



issn: 2176-5960

Προμηθεύς

journal of philosophy

n. 39 May / August 2022



JUVENTUDE, OBSOLESCÊNCIA E AUTORITARISMO

Geraldo Freire de Lima
Doutorando em filosofia
Universidade Federal de Sergipe

Resumo: A modernidade, de forma generalizada, nos legou uma concepção de progresso, herdeiro do conceito cristão de esperança, que abriu espaço para um discurso sobre o futuro em detrimento às insígnias do passado. No Ocidente, tal discurso, junto a processos sociais objetivos, como o domínio da sociedade de mercado burguesa, decompôs o saber em conhecimento (tecnocientífico) e sabedoria de vida (moral), questionando e desautorizando saberes ancestrais juntamente com aqueles que os possuíam, os sujeitos mais velhos, promovendo o aparecimento de novas formas de barbárie que lhes roubam a autonomia e criam uma falsa sensação nos mais jovens de pertencerem a um mundo em que a memória se torna um acessório dispensável. Este artigo pretende discorrer brevemente sobre algumas consequências do lado obscuro do progresso no tocante ao trato com a temporalidade humana, como o aparecimento da administração da velhice, que favorece o empobrecimento e a ruptura simbólica nas sociedades, causando um espaço para a assunção de ideologias autoritárias e uma perturbação na imagem que as sociedades criam para si mesmas a partir do descaso com a velhice, tornando tal imagem e conceito, de antemão, prejudicados. Termos como obsoleto, ultrapassado e desatualizado, são apenas alguns protótipos dos reflexos que começam pela via da linguagem e avançam sobre os comportamentos das pessoas diante dos mais velhos. O texto apresenta alguns exemplos empíricos (sociológicos) sobre este abalo simbólico em algumas sociedades, relacionando-o, também, à queda do patriarcalismo, e é finalizado com uma proposta crítica de recuperação simbólica do lugar da longevidade nas sociedades contemporâneas.

Palavras-Chave: Autoritarismo, Juventude, Memória, Obsolescência, Progresso.

Abstract: Modernity, in general, devised to us a conception of progress, heir to the Christian concept of hope, which has opened space for a discourse about the future to the detriment of the insignia of the past. In the West, that discourse, together with objective social processes, such as the dominance of bourgeois market society, decomposed the ancestral wisdoms in knowledge (technoscientific) and life learning (moral), questioning and disallowing traditional wisdoms together with those who possessed it, the older subjects, promoting the appearance of new forms of barbarism that rob them of their autonomy and create a false sensation in the younger ones that they belong to a world in which memory becomes a dispensable accessory. This article intends to briefly discuss some consequences of the dark side of progress with regard to human temporality, such as the appearing of the old age administration, which favors the impoverishment and the symbolic rupture in societies, causing a roominess for the assumption

of authoritarian ideologies and a disturbance in the image societies create for themselves from the neglect of old age, making this image and concept, beforehand, injured. Expressions like obsolete, overtaken, and outdated are just a few prototypes of the reflexes starting from language and advancing on people's behavior towards their elders. This text presents some empirical (sociological) examples of this symbolic disturbance in societies, also relating it to the fall of patriarchy, and it ends with a critical proposition for the symbolic recovery of the place of longevity in contemporary societies.

Keywords: Authoritarianism, Youth, Memory, Obsolescence, Progress.

Introdução

A indiferença diante da memória é um dos sintomas do tempo presente, representando uma vigorosa tendência de obliteração da história. Os sujeitos mais novos, atualmente, para além de uma questão de imaturidade tipicamente juvenil, tendem a enxergar o passado como algo que nada lhes tem a ensinar, acrescentar ou oferecer, desprezando e desqualificando qualquer forma de historiografia e de autoridades, em seus variados âmbitos, historicamente estabelecidas: “[...] é de se suspeitar que as gerações jovens às vezes não conheçam sequer os nomes de muitos clássicos consagrados aos quais, em outros tempos, fora precipitadamente concedida a imortalidade” (ADORNO, 1996, pp. 399-400). Tal desdém e menosprezo sobre tudo o que representa o passado, mais percebido contemporaneamente, é, para além de outras explicações, o resultado de uma edificação conceitual que possui bases na construção da modernidade, mas que igualmente dispõe de uma dívida para com o pensamento cristão, pois, apesar de ser uma religião de memória, que dispõe de uma historiografia necessária, a doutrina cristã aponta para um desfecho no futuro (teleológica). Trata-se, assim, de uma herança ideológica proveniente da síntese do conceito de “esperança” cristã junto à confiança iluminista¹ no “progresso”, segundo os quais tudo no futuro será imperiosamente melhor, ou porque o homem crê que Deus traçou um fim assertivo para a humanidade, ou porque o homem, por natureza, sempre deseja o melhor. Segundo tais concepções, seja pela via da fé seja pela via do discurso racional, o espírito humano estaria condenado à melhoria, “[...] o homem é seu próprio agente na construção do melhor” (MENEZES, 2000, p. 80). A ponta final da teleologia cristã e da teleologia

¹ Não é nosso propósito neste artigo nos aprofundarmos e nos estendermos quanto à discussão teórica e multidisciplinar a respeito do que é a “Modernidade”; entretanto, justificamos, de antemão, que nos referimos aqui à Modernidade, na esteira do pensamento hegeliano, como um processo contínuo de racionalização de todos os setores da vida humana no Ocidente, que começa pela filosofia, no século XVI (LALANDE, 1993), e se estende às ciências e às práticas da vida cotidiana até os nossos dias: “Com esse princípio formalmente absoluto chegamos ao último estágio da história, ao nosso mundo, aos nossos dias” (HEGEL, 1998, p. 363). Compreendemos que assumimos uma perspectiva teórica específica, necessária à edificação deste artigo, mas não desconsideramos outras teorizações ou perspectivas a respeito deste tema, a exemplo de Karl Löwith (ver LÖWITH, Karl. *O sentido da história*. Trad. de Maria Georgina Segurado. Lisboa: Edições 70, 1991).

Também é importante esclarecer que não utilizamos o termo iluminismo como sinônimo de Modernidade, considerando o primeiro uma manifestação do segundo. O iluminismo, que por sua vez também não foi um movimento intelectual uniforme na Europa, do qual nos referimos aqui é em especial as luzes francesas (*Les Lumières*), devido à sua abrangência política, filosófica e estética, e devido principalmente à genealogia citada do conceito de “progresso”. “A essas determinações universais, baseadas na consciência presente, nas leis da natureza e em seu conteúdo que é justo e bom, chamou-se de razão; à validade dessas leis chamou-se de iluminismo. Ele veio da França para a Alemanha, e dele surgiu um novo mundo das idéias” (HEGEL, 1998, p. 362).

laica e racional da modernidade se entrecruzam na confiança de melhoria dos homens e de suas ações, logo, uma melhoria constante do desdobrar histórico, correspondendo à sua salvação.

Ao olhar da modernidade, o esperar cristão (esperança) se afigura como um aguardar passivo, pois depende da vontade de um ser transcendente, assim, qualquer esforço da ação humana pode se tornar inócuo, ou contraditório, à vontade Dele. A esperança iluminista, síntese de uma filosofia da história calcada no conceito de progresso, pode ser compreendida como uma esperança ativa, pois orientada pela razão, a qual cumpre, também, sua destinação moral: “[...] a diferença entre uma história *do* Deus criador e ordenador, da qual o homem seria uma espécie de agente preposto, de uma história *do* homem, concebido como agente autônomo na construção do seu destino” (SILVA, 2000, p. 09, grifo do autor). A ideia iluminista de progresso englobou a providência divina e a esperança num só conceito, o qual provém e pertence ao homem, não a Deus: “O homem não recorre mais a forças além do mundo, ele se vale de si próprio e o progresso é a sua garantia de sucesso” (MENEZES, 2000, p. 80). O homem passa a compreender-se como motor da própria perfectibilidade, motor da história, motor do próprio destino, sustentado pelo progresso. A ideia de progresso do espírito humano funcionou como princípio unificador e regulador do curso da história, abrindo possibilidades para um discurso permanente sobre o futuro. Os discursos iluministas, em meio às suas particularidades, versaram, quase sempre, sobre promessas de melhorias no futuro. Mas apesar de se apresentarem como promessas a “toda humanidade”, a união necessária entre progresso do conhecimento (científico) e progresso moral da humanidade, por evidente, abarcava impreterivelmente a expectativa de tornar saberes e práticas tradicionais rapidamente em saberes e práticas obsoletos, excluindo, por consequência, todos os sujeitos que os possuísem ou participassem deles. “Mesmo nas obras em que se exprime a certeza da superioridade da época em relação às anteriores, sempre está presente a antiga ideia do envelhecimento das coisas humanas” (SOUZA, 2001, p. 155). O golpe iluminista sobre a tradição fora também um golpe preciso sobre os agentes vivos da história: os sujeitos mais velhos². O primeiro indicativo de exclusão dos mais antigos, ainda na modernidade, é justamente o de aqueles, mais rapidamente, se tornarem à margem do progresso, “varridos” do progresso

² Exprimindo-me de forma generalizada, a partir deste ponto do texto, quando me referir aos “mais novos”, estarei me reportando, por notório, à juventude; de igual modo, quando me referir aos “mais velhos”, estarei evocando, evidentemente, às pessoas de idade mais avançada.

pelo próprio avanço do espírito humano em geral. Assim, a ideia de progresso que nos foi legada, real e ideologicamente, é a de algo que sempre está à nossa frente, e um dia, necessariamente, não haverá mais tempo de alcançá-lo, independentemente do esforço pessoal, como, dito de forma analógica, um trem ultra veloz a cuja estação, mais cedo ou mais tarde, chegaremos fatalmente atrasados e não mais existirá: “[...] o espírito nunca está em repouso, mas sempre tomado por um movimento para a frente” (HEGEL, 1992, p. 26). A confecção do conceito de progresso na modernidade não contou com um resquício no cálculo iluminista, iniciou-se como progresso da humanidade para logo se tornar um conceito abstrato (ideológico) e distante, resultando, hoje, muito mais em um progresso das coisas, que, em seu mecanismo, exclui o verdadeiramente humano do seu processo. Já estava contida na lei do progresso contínuo uma certa dinâmica que sempre favorece as gerações mais recentes, aquelas que são passíveis de “atualizações”, incluídas, ao menos temporariamente, no processo do progresso, que desbanca, portanto, aqueles que supostamente “não avançam mais”.

No escopo da intelectualidade iluminista, é em Condorcet (1993), aquele que confiava que no futuro “a estupidez e a miséria serão apenas acidentes”, que encontramos um discurso filosófico sobre o conceito de progresso em seu sentido mais afirmativo e otimista, a ideia de “perfectibilidade indefinida do homem”, segundo Adorno (1992), uma verdadeira “doutrina adulta do progresso”, representando uma espécie de síntese das aspirações das Luzes. Condorcet compreendeu o progresso não somente como um princípio agregador, “como regra que imprime regularidade ao curso da história” (SOUZA, 2001, p. 157), mas também como uma ferramenta imprescindível que pode e deve, por meio de seus agentes (os filósofos), acelerar tal processo. O que o pensador francês parece nunca ter desconfiado foi do caráter repressivo e regressivo, seu “caráter ilusório” (SOUZA, 2001), contido nos próprios propósitos do progresso: “A maldição do progresso irrefreável é a irrefreável regressão” (ADORNO e HORKHEIMER, 1985, p. 46). É em Kant, todavia, segundo as suas filosofias moral (prática), da história e da educação, que o conceito de progresso é expressamente mais associado aos conceitos de dignidade e liberdade: “Se pensarmos algum determinismo na filosofia da história kantiana, este é o ‘determinismo da liberdade’” (MENEZES, 2000, p. 56); pontualmente, segundo os filósofos frankfurtianos Adorno e Horkheimer, aquilo que é negado aos mais velhos, a dignidade de serem enxergados como seres humanos em potencial e a liberdade de fazerem parte de uma comunidade ética: “Desta

forma, a *Dialética do Esclarecimento* tematiza, em última instância, a morte da razão kantiana, asfixiada pelas relações de produção capitalista” (FREITAG, 2004, p. 21). Na contemporaneidade, os idosos são excluídos do saber, da produção, do direito, da política, da história (memória), da sexualidade, da autonomia, da linguagem, do discurso e da sua condição moral. Os sujeitos mais antigos, portanto, são excluídos dos reinos da liberdade e da felicidade, lhes sendo negado um estatuto ontológico próprio: “os seres mais velhos”; considerados, comumente, apenas como entes fora do espaço e do tempo, verdadeiros atrasados existenciais. Para os autores da *Dialética do Esclarecimento*, o princípio de barbárie sempre se encontra incorporado a princípios civilizatórios, deste modo o ideal de progresso varreu a barbárie para “debaixo do tapete”, acreditando piamente que as mais terríveis pulsões humanas estavam domadas, ou em vias de serem contidas, de forma que convivemos hoje, mais que nunca, lado a lado com a barbárie naturalizada ou imperceptível como tal. A exclusão dos anciões é um exemplo dentre os vários contornos e formações da barbárie, mas que não é tão perceptível em si, pois exclui-se os mais antigos em nome do progresso, e não, supostamente, em nome da barbárie. Para que o rumo do progresso continue a seguir é necessário excluir alguns obstáculos, dentre eles, os sujeitos mais velhos.

Ao conjurar imediatamente o passado recente, elas (as sereias) ameaçam com a promessa irresistível do prazer – que é a maneira como seu canto é percebido – a ordem patriarcal, que só restitui a vida de cada um em troca de sua plena medida de tempo. Quem se deixa atrair por suas ilusões está condenado à perdição, quando só uma contínua presença de espírito consegue arrancar um meio de vida à natureza. Se as sereias nada ignoram do que aconteceu, o preço que cobram por esse conhecimento é o futuro, e a promessa do alegre retorno é o embuste com que o passado capturava o saudoso (ADORNO e HORKHEIMER, 1985, p. 44, parênteses meus).

Foi estabelecido, assim, no ocidente pós-iluminista, uma separação intransponível entre conhecimento (tecnocientífico) e sabedoria de vida (moral), gerando uma conseqüente deturpação do conceito de “experiência”³, que se torna algo

³ Destacamos aqui dois conceitos de “experiência”: o primeiro, a ideia de práticas, habilidades e observações corriqueiras, que deram certo, adquiridas individualmente (*savoir-faire*) e transmitidas de forma geracional, ou seja, na forma de um saber socialmente partilhado (cultura): “É de notar que não se chamam experiência todas as modificações produzidas pela vida (por exemplo, o esquecimento, a indiferença, os comprometimentos morais, etc.), mas apenas àquelas que se julgam vantajosas” (LALANDE, 1993, p. 366); o segundo, experiência como conceito elaborado pela teoria do conhecimento na história da filosofia, em particular a partir do século XVII, fundamentado por pensadores franceses, ingleses e alemães, quer pelas correntes do racionalismo, quer pela corrente empirista, quer pelo criticismo kantiano. Em Kant, por exemplo, a experiência (*Erfahrung*) ganha um estatuto de conhecimento (*Erkenntnis*), conhecimento empírico (perceptivo), diferenciado do conhecimento puro. O

que não dependeria mais do acúmulo histórico de princípios e conhecimentos observados e reunidos, e sim algo que resulta mais da confiança e da esperança no futuro. A experiência, como o resultante de um saber social partilhado, presentemente não identifica mais suas fontes e os seus limites no passado, considerando-o superado, contraditoriamente, hoje, aponta seus alicerces culturais para o futuro, na forma de uma esperança no progresso, caindo vertiginosamente num vazio social, pois descarta-se um passado que não foi devidamente elaborado e sustenta-se num futuro que ainda não foi devidamente conjecturado.

Até o despontar da modernidade, os conhecimentos dos anciões, acumulados pelo tempo e pela experiência, então conhecimentos tão úteis quanto necessários, caracterizavam-se por uma série de saberes sobre uma cultura e demandas objetivas locais. A terra local, o clima local, as plantas e animais locais, os espíritos locais. O fenecimento de um ancião representava uma perda significativa de experiências e conhecimentos, alguns, inclusive, irrecuperáveis.

O ancião que durante toda a sua vida observou o clima, as particularidades das espécies de plantas, suas doenças etc. é, de fato, para o jovem uma fonte de saber imprescindível. Com sua pletera de experiências, ele é o líder indicado da produção. Pode-se buscar aí uma das raízes da veneração aos mais velhos (HORKHEIMER, 1990, p. 213).

A pretensão científica à universalização dos saberes, dos conhecimentos e das práticas destituiu a necessidade de tradições e de autoridades historicamente instituídas. No Ocidente, o saber do ancião é superado pelo conhecimento da ciência moderna, pela técnica automatizada, pela confiança no progresso e pelo pensamento econômico burguês. O ancião torna-se, paulatinamente, um ser não somente desnecessário à produção, mas sobretudo um empecilho a ela, pois a moral dos mais velhos, em geral, aponta para uma certa conservação e ordem de princípios, aludindo e requerendo, inevitavelmente, a autoridade do passado. “O pensamento burguês tem início como luta contra a autoridade da tradição e contrapõe-lhe a razão de cada indivíduo como fonte legítima de direito e verdade” (HORKHEIMER, 1990, p. 194). Devido à forma social capitalista burguesa, a noção de “uso” foi transplantada ideologicamente do plano socioeconômico para o plano moral. Se “conhecimento é poder”, como infere o emblema moderno anunciado por Francis Bacon, os idosos são justamente aqueles que,

presente artigo ressalta a existência justamente de um processo histórico que prioriza o segundo, em todos os espaços da vida social, em detrimento do primeiro. No processo de modernização da vida humana, a experiência ditada pela ciência, que se baseia na comprovação futura (testagem ou experimento), toma o lugar da experiência social adquirida e partilhada, que preconizava o que ocorrera no passado.

por sua condição, foram depostos do poder, pois o saber, saber científico, a partir da modernidade, passa a ter um caráter cumulativo e impessoal, muito mais dependente de pesquisas futuras do que de experiências particulares passadas, imponto aos mais longevos uma realidade na qual eles não representam mais nem “monumentos” nem “documentos” (FOUCAULT, 2008) do passado⁴.

A título de resultado deste processo, recordemos algumas memoráveis declarações de Henry Ford, que afirmava, em síntese, que *History is bunk*, “A história é uma bobagem”, ressaltando que o termo “bunk” pode ser compreendido como besteira, absurdo, picaretagem, charlatanice, inútil, e até mitologia. É um exemplo de uma típica mentalidade burguesa que compreende que o mundo deve seguir um processo de sepultamento do passado e ser guiado por um conceito de um “eterno agora”. Interessava aos empreendimentos Ford (*Ford Motor Company*) – que conceberam nada mais nada menos que os primeiros automóveis produzidos em massa da América do Norte – reproduzir uma ideologia que encara a vida social segundo um conceito de progresso alienado, que não progride para frente, mas para lugar nenhum, pois o futuro é sempre visto como algo a se fazer, ou seja, tanto impossível quanto inalcançável. Em tal contexto, a velhice como tal torna-se uma condição que deve não somente ser desautorizada, mas ignorada por completo. Segundo este pensamento, a decadência inevitável da história é decomposta numa forçada decadência moral dos homens, que decisivamente atropela toda a humanidade, e suas primeiras vítimas fatais são os mais velhos.

1. Oriente e patriarcalismo

No Oriente e no extremo oriente, apesar de toda influência ocidental do pós segunda guerra mundial e das mais recentes pressões do capitalismo tardio, aquela separação, entre conhecimento (tecnocientífico) e sabedoria de vida (moral), ainda não se efetivou por completo, lá, até o momento, resiste a ideia de que os mais novos podem muito bem possuírem conhecimentos tecnocientíficos mais avançados, mas nunca sabedoria de vida, pois eles, até o presente, acreditam tratar-se de algo que seja

⁴ Entretanto, é importante sublinhar que os efeitos da exclusão dos mais velhos pelo sistema capitalista são infundavelmente mais nocivos aos idosos pobres e iletrados do mundo subdesenvolvido do que aos idosos de classes sociais economicamente mais altas, além do fato de que nada impede que um idoso possa também estar a serviço dos interesses do capital como peça fundamental de exploração, e no lugar de vítima ser um algoz deste sistema.

transmitido necessariamente em acordo com seus ancestrais (HORKHEIMER, 1990). No Ocidente, o sistema de produção determinou o ritmo desta distinção, e uma vez que os mais velhos se tornam defasados (obsoletos) nada têm a oferecer à juventude, nem conhecimento nem sabedoria de vida, pois no Ocidente se aceita mais facilmente a ideia de uma moral que esteja sujeita a constantes flutuações, revisões ou mudanças radicais. No ocidente moderno, o discurso sobre o saber gira em torno do conceito de futuro, sempre um discurso de promessa, que ninguém, a rigor, ainda possui, muito menos os mais antigos. Para o Oriente, mesmo ocidentalizado em muitos aspectos, os anciões representam devidamente uma sabedoria que só eles possuem e podem transmitir, um jovem, enquanto jovem, nunca a terá, por isso, de forma geral, até então respeitam e reverenciam os mais antigos⁵. A deferência aos mais velhos significa uma resignação à história e ao saber ancestral. A sabedoria de vida, os princípios morais, é compreendida, até agora, como algo que reside no passado, presentificada pela vivência daqueles que fizeram parte dele⁶. As práticas da “religião” xintoísta, assim como do budismo, são provas de tal conservação – no Japão, os eventos relacionados à vida ficam a cargo do xintoísmo, e os eventos relacionados à morte, ou à “vida após a morte”, são da alçada do budismo –, baseiam-se no culto aos seus ancestrais, todavia não a qualquer antepassado, e sim seus próprios familiares, bisavós, avós, pais, tornando-se, assim, aos olhos da compreensão ocidental de religiosidade, mais que um respeito aos antigos, praticamente uma religião familiar: “O ato mais importante de adoração para as famílias chinesas, japonesas e coreanas diz respeito ao culto aos ancestrais, na forma de deuses caseiros como consumo doméstico (as assim chamadas religião étnica e religião popular)” (CASTELLS, 2018, p. 13).

É digno de nota que quase todas as orientações religiosas e/ou morais do Oriente, incluindo o islamismo, são sustentadas, até o presente momento, em figuras de cunho paternalista, como a do mestre, do guru, do mentor, do xeque, do guia espiritual (guia de vida), dentre outros, que são, em sua imensa maioria, homens e mais velhos, denotando, assim, ainda uma grande resistência do modelo de família patriarcal no Oriente e no extremo oriente. Em países como o Japão, China, Coreia do Sul, Índia, e praticamente todos os países árabes e países de maioria islâmica, o respeito e culto aos

⁵ Para maiores informações, ver: ALÊS, Tamires. *Espiritualidade: culto aos antepassados*. Mundo Ok, 2013. Disponível em: <<https://www.mundook.com.br/culto-aos-antepassados/>>. Acesso em 22 de janeiro de 2022.

⁶ No Japão, a título de exemplo, existe um feriado nacional dedicado ao idoso, o “dia de respeito ao idoso” (*keirō no hi*), comemorado na terceira segunda-feira do mês de setembro.

idosos, até então, se encontram bastante conservados, entretanto grande parte da justificativa deste fenômeno encontra-se na conservação e defesa, até as últimas consequências, do patriarcalismo⁷. No Ocidente, inversamente, poderíamos afirmar, grande parte do abandono deste culto e respeito se deve justamente às fissuras que ocorreram e ainda ocorrem no núcleo do patriarcalismo, o que nos permite inferir que o abalo simbólico, real e imaginário na figura do pai (*patria potestas*) transpõe a questão meramente de posição de gênero⁸, mas que afetou e continua a afetar todo um sistema político-jurídico e cultural no Ocidente, e como parte importante deste sistema inclui-se a autoridade dos mais velhos. Na maioria dos países ocidentais, assim examinamos, o declínio da posição e função paterna não somente ocorreu ao mesmo tempo que o declínio da autoridade dos mais longevos, adveio, contudo, causado por este último. A *petitio principii* contra qualquer autoridade no ocidente moderno foi primeiramente anunciada na forma de um discurso racional, com contornos abstratos e amorfos, e em seu desenrolar histórico esta figura toma corpo: homens mais velhos, de preferência chefes de famílias. Sigmund Freud, pai da psicanálise, discorre em vários pontos da sua obra o tema da queda do patriarcalismo, e muito cedo associou o despontar de doenças nervosas, ou psíquicas, como a histeria, justamente como um fator moderno causado pela queda da função paterna⁹. O psicanalista Jacques Lacan reitera tal assertiva freudiana acrescentando que na contemporaneidade toda uma ordem de questões

⁷ Adotamos aqui o conceito de “patriarcalismo” como aparece em Castells (2018, p. 249): “O patriarcalismo é uma das estruturas sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas. Caracteriza-se pela autoridade, imposta institucionalmente, do homem sobre mulher e filhos no âmbito familiar. Para que essa autoridade possa ser exercida, é necessário que o patriarcalismo permeie toda a organização da sociedade, da produção e do consumo à política, à legislação e à cultura. Os relacionamentos interpessoais e, conseqüentemente, a personalidade também são marcados pela dominação e violência que têm sua origem na cultura e instituições do patriarcalismo. É essencial, porém, tanto do ponto de vista analítico quanto político, não esquecer o enraizamento do patriarcalismo na estrutura familiar e na reprodução sociobiológica da espécie, contextualizados histórica e culturalmente. Não fosse a família patriarcal, o patriarcalismo ficaria exposto como dominação pura e acabaria esmagado pela revolta da ‘outra metade do paraíso’, historicamente mantida em submissão”.

⁸ Ainda que os temas intrinsecamente relativos às questões de gênero não sejam objeto deste artigo, é importante salientar que no Ocidente, contudo, é bem verdade que o desprezo e desrespeito aos mais velhos acometem mais às senhoras que aos senhores, pois, além da questão etária soma-se a questão de gênero. Em alguns poucos países da Europa, tais desigualdades sociais e culturais, calcadas no sexismo, ao longo das últimas décadas, já se estreitaram de forma bastante notável, principalmente pela forte inserção das mulheres no mercado de trabalho, mas no restante do Ocidente as condições sociais e as formas de tratamento para com o gênero feminino nas sociedades estão bem longe de números episódicos. No Oriente, em especial em países de maioria islâmica, as questões de distinção de gênero gritantemente se sobrepõem às questões etárias. Para maiores informações, consultar dados estatísticos em Castells, 2018; mais especificadamente o quarto capítulo, denominado “O fim do patriarcalismo: movimentos sociais, família e sexualidade na era da informação”.

⁹ Sobre o tema, consultar, em especial, as obras “Totem e tabu”, “Mais-além do princípio do prazer” e “Moisés e o monoteísmo”. FREUD, Sigmund. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*: edição standard brasileira.

psíquicas, como neuroses, psicoses e perversões de forma geral, assim como questões sociais, advém de mudanças ocorridas no seio do patriarcalismo, “[...] esse declínio constitui uma crise psicológica. Talvez seja a essa crise que se deve relacionar o aparecimento da própria psicanálise” (LACAN, 2002, p. 60).

Dentro deste escopo em particular, é importante citar o atentado ocorrido em Tóquio, Japão, em março de 1995, a mando da seita *Aum Shinrikyo*, também conhecida como Aleph, ou Verdade Suprema, que liberou gás tóxico (*sarin*) em três vagões do metrô da cidade, matando treze pessoas e ferindo mais de seis mil – dezenas, inclusive, ficaram em estado vegetativo. A seita religiosa, e ao mesmo tempo uma organização política, econômica e paramilitar, que entre o final da década de 80 e início da década de 90 já contava com mais de dez mil membros, muitos inclusive fora do Japão, era conduzida pelo líder Shoko Asahara¹⁰ (nascido Chizuo Matsumoto), e em seu auge transformou-se praticamente em um Estado paralelo dentro da tradicional e aparentemente estável sociedade japonesa. Seitas religiosas, em especial de cunho messiânico, sempre abundaram na história da humanidade, arrebanhando, de tempos em tempos, pessoas com algum grau de desamparo socioeconômico e/ou vazio existencial; contudo, o que de fato chocou a opinião pública japonesa foi a faixa etária e o grau de instrução educacional da maioria dos membros daquela seita:

A maioria dos sacerdotes da Verdade Suprema era de jovens universitários recém-formados. Em 1995, 47,5% deles estavam na casa dos 20 anos, e 28% contavam pouco mais de 30; 40% eram representados por mulheres. Uma das metas declaradas da Verdade Suprema era “dirimir diferenças entre os sexos” transformando “o mundo interior dos gêneros”. Na falta de um movimento feminista poderoso no Japão (até então), a Verdade Suprema logrou conquistar alguma influência entre mulheres com curso superior, frustradas por uma sociedade extremamente patriarcal. Uma parcela significativa dos homens era formada por pós-graduados em ciências naturais de universidades renomadas. O apelo da Verdade Suprema à juventude com grau de instrução superior foi um choque para a sociedade japonesa (CASTELLS, 2018, p. 156, grifo do autor).

Eis um exemplo, acontecendo *in loco*, do desamparo simbólico de que são acometidos os jovens que se desenvolvem numa sociedade estruturada na reverência aos mais velhos e no patriarcalismo, cujas bases tradicionais começam a ser corroídas por mutações sociais tardias, do ponto de vista do Ocidente, e que dentre as motivações

¹⁰ Shoko Asahara foi condenado à morte em 2004, sendo executado por enforcamento em 06 de julho de 2018. Além dele mais doze pessoas foram condenadas à morte e executadas no mesmo ano.

poderíamos inferir o início da deposição simbólica de figuras paternas e de autoridade, causada, dentre outras explicações de cunho sociológico, pela aproximação do Oriente com os processos e modos de vida do Ocidente.

Muitos dos seguidores da Verdade Suprema eram pessoas incapazes de encontrar espaço para seus desejos de mudança e de significado na estrutura burocratizada das escolas, dos órgãos administrativos e das corporações, e revoltadas contra as estruturas familiares tradicionais e autoritárias (CASTELLS, 2018, p. 157).

Os atos de rebeldia de tais jovens, em vista de seus desamparos simbólicos, que deveriam, a princípio, questionar as bases tradicionais e políticas da sociedade japonesa em prol de transformações objetivas em seus modos de vida, contribuíram, ao contrário, para a sustentação de um guru despótico (um homem e mais velho que a grande maioria deles) e paranoico, posto no lugar da figura de uma autoridade, demonstrando assim o grau de degradação e alienação subjetiva que tampona a capacidade de pessoas de tentarem resolver questões pela via simbólica, como o debate público e a luta política, colocando em seu lugar a necessidade de um pai supremo e a formação de uma subcultura messiânica, aqueles que supostamente deveriam recolocar ou reinscrever uma lei simbólica ora perdida ou prejudicada na transmissão hereditária. Como consequência de seu desvalimento espiritual, tais jovens substituíram o culto aos seus próprios ancestrais pelo culto ao máximo, o conceito de um ser transcendente e inalcançável, ideia bem mais acolhida e naturalizada entre nós ocidentais. Apesar deste infortúnio impactante, é importante ressaltar que ainda assim no Japão:

[...] a formação cultural e o fato de nascimentos fora do casamento serem considerados motivo de vergonha ajudam a consolidar o patriarcalismo, embora tendências recentes estejam enfraquecendo a ideologia patriarcal e o hábito de relegar as mulheres ao mercado de trabalho secundário (CASTELLS, 2018, p. 172).

No Ocidente, tais figuras que remontam à autoridade paterna há tempos foram danificadas e caricaturizadas, questionadas quanto à sua real função social, reproduzindo-se apenas seus gestos ritualísticos (repetitivos) sem sentido, ou seja, reduzidas ao ridículo. Um grande problema ontologicamente considerado é que no Ocidente o futuro como promessa do progresso nunca se concretiza, e nada foi colocado no lugar das autoridades e dos mestres do passado, que davam sustentação simbólica às sociedades pré-capitalistas de forma geral. O que explica, dentre outras questões, o

vazio simbólico¹¹ ao qual os ocidentais estão submetidos há muito mais tempo que os orientais. Vazio este que a forma social capitalista burguesa tenta preencher com seus apelos ao consumo e pela espetacularização da vida comum, ou de uma “[...] ‘vida infinitamente cotidiana’ sem qualquer propósito, objetivos ou alegrias” (CASTELLS, 2018, p. 158, grifo do autor).

2. A velhice administrada

A preservação da memória está ligada necessariamente à preservação do tempo real, o tempo concreto e experimentado, resguardado pela lembrança. A produção industrial, que “[...] procede sempre em ciclos idênticos e pulsativos, potencialmente de mesma duração [...]” (ADORNO, 1995, p. 33), liquida a memória, o tempo e a lembrança como um resto irracional do cálculo matemático da produtividade. “O homem de hoje não cultiva o que não pode ser abreviado” (VALÉRY *apud* BENJAMIN, 1994, p. 206). A sociedade burguesa se aliena da memória, espelhando-se na atemporalidade dos processos produtivos industriais, que reproduzem sempre o mesmo, adaptando-se ao meramente existente. Como a presença e as relações com os mais velhos presentificam o passado e a passagem do tempo, constituindo a própria memória viva e encarnada, aqueles são excluídos, real e simbolicamente, dos espaços comuns de vivência, relegados à solidão, ao enclausuramento e à desistência da vida. O processo moderno de transição para o mundo administrado exclui os idosos do mundo, mas não sem antes gerar dividendos. Como de fato não há restos nas operações matemáticas da sociedade burguesa, ela mesma vê nisso também uma oportunidade de “administrar a velhice”, que versa desde a gerência da sua própria moradia, dos seus hábitos de vida e até dos aspectos ligados à morte, como as assistências e os planos funerários. Sem deixarmos de mencionar, sobretudo, a “administração da não-velhice”, ou a ideologia do horror à longevidade, que se sustenta a partir da oferta de produtos e

¹¹ Apesar do conceito de “vazio simbólico” não se confundir propriamente com o conceito de “significantes vazios”, considero importante atinar para a relevância política que ambos possuem; entretanto, o conceito de “significantes vazios” funciona, em especial na obra de Ernesto Laclau, como fundamento da política em seu nível de significado no sujeito, enquanto o “vazio simbólico” conota uma consequência da política, que ao mesmo tempo em que é capaz de produzir sentido é também capaz de empurrar o sujeito para um vazio existencial. Ver LACLAU, E. *Emancipação e Diferença*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2011; e PEREZ, D. O.; STARNINO, A. *O estatuto político do significante vazio: identidade coletiva, psicanálise e política*. Revista de Filosofia: Aurora (PUCPR. Impresso), v. 33, p. 84-104, 2021.

tratamentos, sempre demasiadamente caros, que prometem o “retardamento” dos aspectos corporais visíveis ligados ao passar da idade. Um outro exemplo notório da inversão social que presenciamos hoje é a dependência que os mais velhos possuem quanto ao conhecimento “atualizado” dos mais jovens para fazerem uso de ferramentas mínimas de sobrevivência social, – ferramentas estas projetadas pelos mais jovens – como pagar uma conta, comunicar-se (a mais grave de todas), locomover-se, ou mesmo pedir uma comida, sendo plenamente prejudicados em sua autonomia. Na medida em que se comunicar vai se tornando complexo por demais, os mais velhos vão sendo gradativa e premeditadamente silenciados, tornando-se mais socialmente indesejáveis e invisíveis que nunca.

Talvez as implicações mais notáveis, que se retroalimentam no processo de exclusão dos que possuem mais idade na sociedade real, são justamente aquelas que passam pelo âmbito da linguagem. A sociedade moderna capitalista – através de meios bastante engenhosos e persuasivos de incitamento de sensações, ideias e conceitos na sociedade, como o *marketing*, a propaganda e a publicidade – acabam por reger uma série de vocábulos e imagens que nos induzem ao afastamento de qualquer possibilidade de enxergar e encarar a velhice como condição natural da vida humana, que levam os sujeitos contemporâneos a experimentar a velhice praticamente como um mal do século. Termos como “superação”, “atualização”, “desatualizado”, “ultrapassado”, “obsoleto”, “desuso”, dentre muitos outros, saltam do reino objetivo das coisas, e do uso das coisas, para o domínio das relações humanas com muita facilidade, pois já preexiste uma disposição psicossocial, engendrada desde o início da modernidade, para receber tais conceitos com extrema espontaneidade, conceitos tecidos pela modernidade capitalista que ajudam a incutir nas pessoas uma ideia de apego necessário ao futuro. Tais disposições começam pela linguagem e se complementam nos costumes, constituindo uma verdadeira autossabotagem subjetiva, pois força pessoas a viverem consecutivamente à margem de uma sociedade que lhes nega qualquer possibilidade de internalizar e refletir sobre a temporalidade e a morte como intransponíveis realidades humanas. Um hábito bastante comum hoje, que nos acostumamos a observar, é o de pessoas que praticamente se envergonham e pedem perdão por serem mais velhas: “‘Tenho 40, com corpinho de 20’. Tenho ‘somente’ 35 anos. ‘Não tenho 50, tenho 5.0’”, são exemplos de falas que reproduzem comportamentos pretensamente “juvenis” como regra geral da sociedade, em detrimento

dos espaços e posições que deveriam pertencer aos mais maduros e longevos. Como resultado disso, pessoas mais velhas muitas vezes se sentem como verdadeiros agregados existenciais dentro de uma sociedade que está prestando o grandioso favor em deixá-los subsistir junto aos mais novos, os pretensos legítimos donos dos espaços e do tempo. Os mesmos que colaboram quanto à administração da velhice, que infantiliza os idosos, insistindo em determinar como eles devem viver, o que devem fazer e como devem se comportar, tratando-os a partir de conceitos e denominações sínicas como, por exemplo, a de “melhor idade”.

Como consequência, a imagem acerca da velhice, já antecipadamente, nos aparece como uma imagem prejudicada, favorecendo uma deterioração simbólica do sujeito sobre a imagem de si mesmo, no presente e no futuro. O vigor e a imagem de sabedoria dos mais velhos de outrora foram decompostos, propositadamente, em imagem de declínio existencial e identificação ao nada. Neste tipo de sociedade em que vivemos, tudo na vida, inclusive os significantes que remetem à morte, deve transparecer e se ligar às ideias superficiais do divertido, do animado, do prazeroso e do festivo, aludindo a uma imagem ideologicamente construída da juventude em oposição à soterrável imagem da senilidade.

Considerações Finais

Na modernidade, a luta a favor da autonomia da razão se deu, essencialmente, como antagonismo à autoridade¹². Este empreendimento, junto às suas condições sociais objetivas, dentre elas a política, logo transcendeu a esfera do simbólico rumo à esfera imaginária, convertendo o confronto à autoridade em autoritarismo. A autoridade do mais velhos, por mais que possa um dia ter sido rigorosa e severa aos olhos atuais, ainda assim se tratava de uma autoridade visível, simbolicamente apreensível, que se justificava moralmente – esta mesma que começa a ser abalada no Japão. A autoridade real e simbólica dos sujeitos mais antigos, no processo de construção da sociedade moderna burguesa, foi substituída por uma gama de autoridades imaginárias, se não metafísicas: a autoridade do progresso, do futuro, da economia, do mercado, do capitalismo, da ciência, da tecnologia etc., tudo aquilo que possui, ou pode possuir,

¹² A exemplo de Martinho Lutero, que se contrapôs à centralidade religiosa de Roma e à aquiescência do Sumo Pontífice; de Francis Bacon, que criticou o encantamento presente na interpretação escolástica da obra aristotélica; e de René Descartes, que removeu a teologia como sustentáculo do conhecimento em favor da razão como centralidade do conhecimento.

componentes tão inapreensíveis quanto irracionais. “O formalismo de opor razão e autoridade, de se confessar adepto de uma e desdenhar a outra, o anarquismo e a convicção autoritária do Estado pertencem ambos à mesma época cultural” (HORKHEIMER, 1990, p. 213). Não à toa, historicamente constatado, o que adveio imediatamente à queda da tradição e ao advento do liberalismo foi justamente o reacionarismo e os totalitarismos de Estado, formas políticas, arremedos simbólicos, que tentaram, e continuam a tentar, rearranjar o caos subjetivo promovido pela economia livre de mercado e pelo apelo ao individualismo, que afetou muito rapidamente as formas tradicionais de autoridade. Diante da possibilidade da autonomia, da regulação da própria vida e da necessidade de impor sentido existencial a si mesmo, o sujeito moderno foi empurrado a um vazio que não deu e ainda não dá conta de resolver ou preencher, abrindo as portas para a regressão, aceitando com facilidade formas bárbaras de coerção social. Uma sociedade individualista é justamente aquela que se compreende desprovida de autoridades a não ser a si mesmo, e por isso mergulha na incapacidade ética e na impossibilidade simbólica, apelando para figuras públicas que encarnam o autoritarismo e a remissão moral, e sempre em nome do “novo”. Nesta narrativa, como face da barbárie, qualquer um pode se tornar o próximo “mais velho” em muito pouco tempo, independentemente da idade. Uma sociedade que condena os mais antigos ao esquecimento e à obsolescência moral é uma sociedade sem direção, logo, sem futuro. “Os sábios devem governar, *Oí apíotói* [os aristói]; não a ignorância e a vaidade do melhor saber” (HEGEL, 1998, p. 373).

Finalmente, torna-se um desafio contemporâneo refletir e agir na direção de novas formas de revalorização simbólica da velhice, que passa, principalmente, por um esforço crítico coletivo em reconstruir e devolver a autonomia dos sujeitos com mais idade. Tal restabelecimento simbólico¹³ requer uma recuperação da memória, e demanda uma defesa inalienável de valores intrinsecamente humanos, como o direito de envelhecer e morrer sem pavores causados por amarras ideológicas. Recolocar os mais velhos em seu devido lugar na sociedade é resgatar uma posição simbólica, na qual a sociedade ética, como ainda a conhecemos, deve se sustentar, tornando nítido e

¹³ Falar em restabelecimento, recuperação ou reconstrução simbólica, pode soar, paradoxalmente, como alguma forma de pensamento reacionário. Mas, em defesa dos argumentos apresentados neste texto, afirmo que todos os modelos de reacionarismo sempre se baseiam em um passado idealizado e um saudosismo subjetivo, demonstrando, assim, o caráter imaginário e impossível daquele ideal, diferentemente do caráter simbólico apontado neste texto, que aponta para um movimento de trocas coletivas que dignificam qualquer sociedade.

consciente tal cegueira social que não nos permite perceber e aceitar, de forma mais humana e pacífica, que todos nós, inevitavelmente, iremos envelhecer e morrer.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. “Teoria da Semicultura”. Trad. de Newton R. de Oliveira, Bruno Pucci e Cláudia B. M. Abreu. In: *Educação & Sociedade: revista quadrimestral de ciência da educação*, Ano XVII, nº 56, Campinas: Editora Papyrus, dez/96: 388-411.

_____. “Progresso”. In: *Lua Nova: revista de cultura e política*, 1992, nº 27, p. 217-236.

_____. *Educação e Emancipação*. Trad. Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Tradução de Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985.

BENJAMIN, Walter. “O Narrador”. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura (Obras escolhidas, Vol. 1)*. Trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade: a era da informação*. Vol. 2. Trad. Klaus Brandini Gerhardt. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

CONDORCET. *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano*. Trad. Carlos Alberto Ribeiro. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FREITAG, Barbara. *A teoria crítica: ontem e hoje*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

HEGEL, G. W. F. *Fenomenologia do espírito*. Trad. Paulo Meneses. Petrópolis: Vozes, 1992.

_____. *Filosofia da História*. Trad. Maria Rodrigues e Hans Harden. Brasília: UNB, 1998.

HORKHEIMER, Max. “Autoridade e família”. *Teoria crítica: uma documentação*. Trad. Hilde Cohn. São Paulo: Perspectiva, 1990.

LACAN, Jacques. *Os complexos familiares na formação do indivíduo: ensaio de análise de uma função em psicologia*. Trad. Marco Antônio Coutinho Jorge e Potiguara Mendes da Silveira Júnior. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

LALANDE, André. *Vocabulário técnico e crítico da filosofia*. Trad. Fátima Sá Correia. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

MENEZES, E. *História e Esperança em Kant*. São Cristóvão: Editora UFS, 2000.

SILVA, Franklin L. e. “Prefácio”. In: MENEZES, E. *História e Esperança em Kant*. São Cristóvão: Editora UFS, 2000.

SOUZA, Maria das Graças de. *Ilustração e história: o pensamento sobre a história do Iluminismo francês*. São Paulo: Discurso Editorial, 2001.